

**CORPO NEGRO E IMAGINÁRIO, PROXIMIDADE E DISTANCIAMENTO:
EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS E ASSUNÇÃO DE VOZ FEMININA EM
MARIA FIRMINA DOS REIS E JUANA PAULA MANSO**

Ary Pimentel
(UFRJ)
Edinelia M^a Oliveira Souza
(UNEB)

RESUMO

Embora haja muito silêncio e muitos estereótipos no tratamento das relações raciais na literatura, as mulheres negras escravizadas foram personagens frequentes durante o século XIX. Contudo, a autoria feminina na narrativa brasileira, bem como na literatura argentina, é francamente minoritária. Este trabalho aborda aspectos específicos de duas exceções a esta regra: os romances *Úrsula* (1859) e *La familia del Comendador* (1854), escritos respectivamente pela brasileira Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e pela argentina Juana Paula Manso de Noronha (1818-1875). A intenção é identificar o papel da representatividade a partir da abordagem comparatista dessas obras que parecem capturar a questão do sofrimento da mulher escravizada a partir de diferentes lugares de fala, o que possibilita uma discussão sobre a influência da proximidade e da distância na fatura literária. Os dois textos revelam a forte presença da escravidão na sociedade brasileira do século XIX. Contudo, sugerem na própria forma a relação de proximidade ou de distanciamento que as autoras estabelecem com o tema tratado. Estas narrativas nos permitem pensar gênero e raça nas disputas pela representação no romance de autoria feminina.

Palavras-chave: Mulheres negras, Escravizadas, Representatividade, Distância/Proximidade.

Nós mulheres e não brancas fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história.

Lélia Gonzalez

“Era uma luta inspirar ar suficiente para respirar e afastar a angustiante sensação de asfixia”, isso é o que diz a narradora nas primeiras linhas de *Despertar* (Dawn), romance publicado por Octavia Butler em 1987. Essas palavras falam muito do presente e do passado dos afrodescendentes em todo o Atlântico negro. Octavia Butler foi uma mulher negra nascida na Califórnia em 1947. Muitos dizem que surpreendeu o mundo ao se tornar, a partir de 1976, uma das mais aclamadas autoras de ficção científica. A surpresa está diretamente associada ao preconceito que naturaliza o fato de a ficção científica ser uma área dominada por homens brancos. Octavia introduziu personagens negros em tramas que imaginam o futuro distante da



humanidade na terra ou em outros planetas, tornando-se uma das principais referências do Afrofuturismo.

O impulso para ler Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e Juana Paula Manso (1819-1875), bem como a percepção de que nos encontrávamos diante de uma pesquisa que poderia oferecer uma nova forma de conhecimento dessa arte de figurar a realidade e, também, perspectivas originais para problematizar o racismo estrutural e seus reflexos no campo literário, foi a descoberta de histórias, como a de Octavia Butler, que subvertem a ordem tradicional dos processos de consagração e reconhecimento.

Ler as primeiras romancistas do Brasil e da Argentina, a partir de um contexto completamente diferente daquele em que surgiram suas obras é uma forma de pensar a longa história da alteridade na “América”; é também repensar os cenários e as estratégias a partir das quais os subalternizados foram construindo possibilidades de se expressar; é ainda um modo de nos debruçarmos sobre as falas que vêm sendo articuladas a partir de lugares de subalternidade desde a segunda metade do século XIX até os tempos atuais. Um momento como esse em que mulheres brancas e negras lançam seu grito em obras como *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta* (2019), um momento em que estátuas de traficantes de escravos são derrubadas e arrastadas pelas ruas, um momento em que ganha força mundialmente o movimento “Vidas negras importam” é um desafio e uma oportunidade para revisitar as obras dessas duas mulheres que puderam erguer a voz e conquistar um lugar importante no campo literário, servindo como referência para várias gerações que viriam depois. Esta é a moldura desse estudo da obra de Maria Firmina dos Reis e Juana Paula Manso.

A hegemonia branca e o patriarcalismo produziram muitos discursos e silenciaram outros tantos. Regina Dalcastagnè, em seu artigo “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004”, diz que:

O silêncio dos grupos marginalizados – entendidos em sentido amplo, como todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valoração negativa da cultura dominante, sejam definidos por sexo, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério – é coberto por vozes que se sobrepõem a ele, vozes que buscam falar em nome desses grupos, mas também, embora raramente, pode ser quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes. (DALCASTAGNE, 2005, p. 15)

Recuperar nesse momento a leitura dos romances *Úrsula* (1859) e *La familia del Comendador* (1854) consiste em explorar um outro modo de ler a literatura brasileira e argentina, centrando-nos nas representações das comunidades afrobrasileiras e afroargentinas bem como na trajetória de indivíduos pertencentes a elas.

No longo processo em que predominou a racionalidade branca e patriarcal, foi instituindo um *privilegio epistêmico* fundamentado na produção da “colonialidade do saber”.



Nesse sentido, tentou-se apagar as vozes de sujeitos subalternizados, especialmente as de mulheres negras, pobres, indígenas e migrantes. Portanto, no processo de análise dessas interpretações e práticas políticas e culturais torna-se fundamental a restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos, de forma a reestabelecer a conexão entre esse lugar de fala e o pensamento (QUIJANO, 2009).

A integração de uma mulher negra como Maria Firmina dos Reis ao mundo literário é de certa forma uma subversão e um paradoxo, já que ainda hoje, como assinala Regina Dalcastagné, o campo literário, de modo particular em sua vertente narrativa, é predominantemente branco (mais de 90%) e masculino (mais de 70%) (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 8).

No prólogo do romance *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis usa algumas expressões que dizem algo de si mesma e da imagem que busca construir de si, mas dizem muito mais do próprio campo literário no qual aparece sua obra no primeiro semestre do ano de 1859. Maria Firmina chega ao campo como uma *outsider* e não ousa reivindicar o seu lugar perante os que já estão estabelecidos e há muito contam com o reconhecimento de seus pares. Muito pelo contrário, Maria Firmina avisa “que pouco vale esse romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada” (REIS, 2018, p. 25). Diz ainda que tem “uma instrução misérrima” (REIS, 2018, p. 25), que é “pouco lida” (REIS, 2018, p. 25) e que “seu cabedal intelectual é quase nulo” (REIS, 2018, p. 25). Cabe, contudo, relativizar essas afirmações na medida em que as reconhecemos também como parte de uma forma de ocupação de um lugar instável. Trata-se de uma “tática do fraco”, como definiria Michel de Certeau (2003), essa forma de negociação típica dos subalternizados. Dizemos isso porque foi com esses poucos instrumentos – como, por exemplo, os dois anos de educação formal de Carolina Maria de Jesus – que vozes negras como a de Maria Firmina puderam se insurgir contra as instâncias de reconhecimento e consagração para, enfim, conseguir emergir como potentes exemplos para gerações futuras.

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão no ano de 1822, mas viveu quase toda a sua vida em Guimarães, na mesma Província do Maranhão, onde faleceu em 1917. Filha ilegítima, não conheceu o pai, perdeu a mãe (uma mulher escravizada) aos cinco anos de idade e foi criada pela tia materna na Vila de São José de Guimarães. Conheceu muitas das obras literárias do romantismo brasileiro e francês, mas, como não há registros que indiquem sua inclusão na educação formal, tudo indica que foi autodidata. A exclusão dos escravizados e dos negros em geral dos processos formais de escolarização fica evidenciada na legislação da época, o mesmo se pode dizer da resistência manifestada pela população negra. O regulamento de



1854 explicita que estava vedado o acesso dos negros à escola e traduz uma demanda concreta que os legisladores da época observaram e trataram de criar barreiras para impedi-la.

O Regulamento da Instrução Pública do Maranhão datado de 2 de fevereiro de 1854 diz em seu artigo 41 que não seria admitida a matrícula de escravos e negros. Alguns escravizados ou filhos de escravizados, como foi o caso de Maria Firmina, acessaram o letramento por conta própria. Aos 22 anos, a escritora maranhense foi aprovada em concurso público para o magistério, sendo a primeira mulher a conquistar o cargo em toda aquela província. Tornou-se professora, poetisa, romancista, compositora e folclorista.

Considerada a primeira escritora negra do Brasil, Maria Firmina dos Reis é autora do primeiro romance abolicionista em toda a língua portuguesa. Sua narrativa intitulada *Úrsula* trata sobre os dramas da escravidão brasileira e teve sua primeira edição em 1859, assinada com o pseudônimo “Uma Maranhense”. A obra trata de um triângulo amoroso entre personagens da elite branca. Mas a trama apresenta também três importantes personagens negros: Túlio, Susana e Antero. São africanos e afrodescendentes dotados de intensa humanidade (detentores de sentimentos, memória e alma), logo, uma figuração da alteridade muito distante da visão escravocrata de coisificação e incapacidade de ação e intervenção no mundo, que perdurou no campo literário e na historiografia por mais de cento e cinquenta anos, desde o século XIX até quase o final do século XX.

Nessa narrativa, a escritora constrói com uma linguagem rica em imagens e pormenores uma trama em que denuncia preconceitos e violências sofridas pelos escravizados. Descreve e problematiza com detalhes os espaços de convivência e negociação entre negros e brancos no século XIX, além de evidenciar a condição de subalternidade vivida pelas mulheres da época, acentuando-se, portanto, o caráter senhorial, patriarcal e sexista presente na estrutura da sociedade brasileira. Lançando mão de uma estratégia narrativa inusitada cede a palavra para um sujeito subalternizado, a personagem africana Mãe Suzana, que relata em primeira pessoa o modo como foi cruelmente sequestrada na África e as condições desumanas como foi trazida para o Brasil, juntamente com dezenas de outros africanos lançados no cativeiro:

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram e amarraram-me com cordas (...). Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. (...)

Meteram-me a mim e mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito de um infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. (REIS, 2018, p. 116)



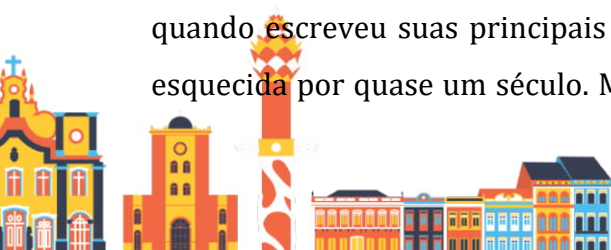
Surge, assim, pela primeira vez na literatura brasileira a apresentação da travessia do Atlântico a partir dos porões de um navio negreiro. Uma cena semelhante a que aparece em *Úrsula* foi narrada por Mahommah Gardo Baquaqua, que viveu um período como escravizado no Brasil. Depois de sua fuga nos Estados Unidos, Baquaqua contou sua vida para o escritor Samuel Moore e o relato de sua experiência apareceria como livro em 1854, em Detroit, com o título *An Interesting Narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua*. Embora a publicação de *Úrsula* seja de 1859, Maria Firmina provavelmente jamais teve acesso ao texto de Baquaqua. Data de 2001 a primeira versão em português do texto de Baquaqua a circular no Brasil.

Tomando para si o discurso, a africana escravizada denuncia a brutalidade do processo de escravização ao rememorar o momento de sua captura, a partilha da família, os horrores à que foi submetida durante a travessia transatlântica nos porões de um navio negreiro, ao lado de “trezentos companheiros de infortúnio e de cativo”. A voz de Suzana assume uma dimensão coletiva ao trazer à tona a condição diaspórica e denunciar a brutalidade da escravização em contraponto com a vida e a liberdade que tinha em território africano. Não lhe foi possível enlouquecer ou morrer, pois o destino ainda lhe reservava “longos combates”, do lado de cá do Atlântico negro. Cristina Ferreira Pinto-Bayley sublinha a importância desse deslocamento do olhar que permite que a história seja vista a partir de outro lugar:

Os personagens negros na ficção abolicionista de Maria Firmina são sujeitos do seu próprio discurso; eles contam sobre seu passado, sua condição e sofrimento. Em suma, através da voz de seus personagens negros, a autora reescreve a realidade histórica a partir do ponto de vista do sujeito negro. (PINTO-BAYLEY, 2018, p. 107)

Nessa passagem do romance, Maria Firmina destaca a resistência negra ao processo de desumanização ao conceder a fala para a “preta Suzana”, que narra sua história em primeira pessoa, deixando evidente os maus tratos vividos pelas populações africanas escravizadas. Ao positivar as experiências pretéritas de Suzana, levando o leitor até o território africano, a narradora subverte o discurso hegemônico e dá um sentido novo para a história, conceituando como “bárbaros” os brancos caçadores de almas que sorriam das lágrimas da escravizada, olhando-a sem compaixão, ao a arrancarem do seu lugar, obrigando-a deixar “pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade” (REIS, 2018, p. 115 e 116). Entre os mais de cinco milhões de africanos que desembarcaram no Brasil na condição de escravizados, insere-se a “preta Suzana”, uma sobrevivente, cujas dores por tantas perdas “foram sufocadas” pelas atrocidades da travessia transatlântica e pelos infortúnios futuros.

Embora tenha conquistado certo reconhecimento na segunda metade do século XIX, quando escreveu suas principais obras, Maria Firmina dos Reis foi silenciada e permaneceu esquecida por quase um século. Mesmo após o romance *Úrsula* ser recuperado e republicado



na década de 1970, a escritora continuou sendo pouco conhecida. Foi somente no centenário da abolição da escravidão em 1988, que *Úrsula* recebeu uma terceira edição, por iniciativa de da crítica feminista Luiza Lobo (LOBO, 1993). Contudo, o reconhecimento do campo literário ainda ira tardar um pouco mais. Apenas em 2017, com a publicação do *Memorial de Maria Firmina dos Reis* pela Editora Uirapuru, que traz à luz as suas obras completas, é que, finalmente, Maria Firmina deixou o lugar ao qual relegada por décadas. No ano seguinte, Maria Firmina foi homenageada pela Festa Literária de Periferias (FLUP), que promoveu um concurso para a recuperação das feições de seu rosto, ainda desconhecido, pois nunca foi localizada nenhuma imagem fotográfica da autora de *Úrsula*, embora ela tenha vivido até 1917. Tomando como base as descrições feitas por alguns de seus ex-alunos, entrevistados na pesquisa que originou a biografia intitulada *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, de autoria de Nascimento Morais Filho, finalmente a primeira romancista negra da América Portuguesa foi retratada. Nesse ano de 2018, com várias reedições do romance *Úrsula* por diferentes editoras, ganha notoriedade e se torna uma singular referência na história e na literatura das populações negras no Brasil.

Três anos antes de Maria Firmina dos Reis, em 26 de junho de 1819, nascia em Buenos Aires a escritora Joana Paula Manso. Filha de um engenheiro ilustrado e liberal, desde cedo ela teve o incentivo e as condições para investir em sua educação. Por causa da ascensão de Juan Manuel de Rosas (1793-1877) ao poder e por causa da guerra civil e das turbulências político-militares da Argentina pós-independência, a família Manso foi obrigada a se exilar na cidade de Montevideu. Em 1945, Juana Manso mudou-se para o Rio de Janeiro, onde casou-se com o violonista português Francisco de Sá Noronha, a quem acompanhou em viagens para os Estados Unidos, Cuba e República Dominicana. Manso fez parte dos primórdios da imprensa feminina no Brasil, dirigindo um dos primeiros jornais de propósitos femininos, *O Jornal das Senhoras*, iniciado em 1852 no Rio de Janeiro, produzido e redigido por mulheres. Enfim, Juana Manso foi escritora, tradutora, jornalista, pedagoga, professora e umas das precursoras do feminismo no extremo Sul das Américas.

Desde cedo, Juana Manso encarna o modelo da mulher de ação que vai lutar contra a discriminação da sociedade em diferentes âmbitos. Lutou intensamente pela ampliação dos espaços de participação da mulher na vida social, em particular nos campos da educação, cultura e política. Buscando sempre derrubar as barreiras impostas pela condição de gênero, tentou cursar Medicina no Brasil de meados do século XIX, época em que os cursos superiores ainda permaneciam restritos ao sexo masculino. No caso do Brasil, o início do acesso ao ensino superior feminino só se daria no final do século XIX com o decreto imperial de 1881 que facultou à mulher a matrícula em um curso superior.



Após a derrota de Juan Manuel de Rosas, em 1853, Juana Paula Manso voltou em 1º de janeiro de 1854 à Buenos Aires, onde fundou o jornal *Álbum de Señoritas. Periódico de Literatura, Modas, Bellas artes y Teatros*, que durou apenas oito números. Nas páginas desse periódico apareceu seu segundo romance, dessa vez ambientado no Brasil escravocrata que havia conhecido. No mesmo ano de 1854 o folhetim *La familia del Comendador* seria publicado como livro. O texto está em espanhol, mas a ação se passa integralmente no Rio de Janeiro de meados do século XIX. A partir do lugar privilegiado do viajante, um prototípico narrador do século XIX nas Américas, Juana Manso se projeta como interprete de uma realidade distante da sua. Com um olhar que mescla o interesse pelas paisagens, hábitos e história local, constrói em *La familia del comendador* (1852) uma narrativa na qual se projetam facetas variadas que abarcam a vida pública e privada do Rio de Janeiro da sua época.

La familia del comendador coloca em cena um conjunto de personagens que ajudam a compreender a realidade do país vista pela viajante argentina. O grande conflito da trama escrita por Juana Paula Manso envolve um núcleo familiar branco, representando uma das mais ricas famílias do Brasil colonial. Os Neves enriqueceram com a exploração da mão de obra escravizada nas plantações de cana-de açúcar e café para exportação. No momento em que transcorrem os fatos narrados, à frente da família estão o Comendador Gabriel das Neves, que dá nome ao livro, e sua mãe, dona Maria das Neves. A narrativa aborda o contexto da escravidão e reflete sobre a instituição do casamento e as relações estabelecidas com base nos interesses econômicos e sociais. Um dos personagens centrais é Juan, o irmão mais velho que estudou fora do Brasil e ao retornar foi obrigado, por sua mãe, a casar-se com a sobrinha para manter a riqueza em família. Juan é o personagem mais complexo da trama. Reconhece toda a humanidade dos negros e representa a visão modernizadora dos jovens da elite brasileira que vão estudar na Europa. Em função da sua formação cosmopolita, volta questionando as práticas da escravidão e alimentando ideias libertárias, o que contraria bastante a matriarca dos Neves, que impõe a ele uma série de castigos violentos. Tratado com a mesma brutalidade com que eram tratados os escravizados, Juan enlouquece e passa a necessitar de cuidados especiais. É aí que aparece na trama a escravizada Camila, filha de mãe negra e pai branco, que se apaixona pelo amo e sofre muito com o tratamento dado a ele. Camila é encarregada de cuidar dele e acaba tornando-se sua amante e mãe de seus dois filhos.

O projeto narrativo envolve as imbricações entre vida pública e vida privada, ressaltando o papel da escravidão como um elemento que torna mais complexos os vínculos no interior do núcleo familiar que dá título à obra. Entra em xeque a pretendida unidade e pureza familiar que o Comendador e sua mãe, Dona Maria, tentam defender a todo custo. Os elementos



estranhos serão trazidos para o interior da família a partir das relações de produção que levam a uma grande proximidade com os escravizados ou a partir do próprio amor romântico que não respeita interditos raciais ou religiosos. Conforme destacou James Clifford, “La permanencia y la pureza se afirman –creativa y violentamente– contra fuerzas históricas de movimiento y contaminación.” (1999, p. 18). Primeiramente, o primogênito (Juan das Neves) se apaixona e planeja casar-se com a filha de um pastor protestante da Inglaterra. Depois de perder o juízo, ao ser açoitado como os escravos da fazenda, a mando da própria mãe, estabelecerá uma longa relação com Camila, uma escravizada mestiça, vindo a ser pai de seus dois filhos, Maurício e Emília.

O que inspirava o horror à elite da corte no Rio de Janeiro, assim como aos portenhos que durante quase todo o século XIX lutariam para impor o seu projeto de nação ao resto do território nacional, era a assimilação dos diferentes. No Brasil como na Argentina, o Eu exclui programaticamente o Outro desde a própria origem da nação. Segundo José Pablo Feinmann: “O Eu foi (e é) o essencial, o que está em primeiro lugar, o indivisível e o bom. O Eu se propõe e se propõe o controle, a dominação, a exclusão ou, sem mais, o extermínio do Outro. Nunca sua inclusão. O Eu foi sempre o Eu: o Poder.” (2001, p. 2).

Nessas sociedades em construção da segunda metade do século XIX, não haverá espaço para monstros e monstruosidades como o filho louco (Juan das Neves), que pretende casar com a filha de um pastor protestante e acaba por se casar com uma ex-escrava da fazenda de sua mãe. Entre esses pais fundadores da nação e autores de uma canônica literatura fundacional, destaca-se Domingo Faustino Sarmiento, o autor de *Facundo – civilização e barbárie*, que, ao ocupar a presidência da República, escreveria no célebre trecho de uma carta a Bartolomé Mitre, seu ministro da guerra: “não poupe o sangue dos *gauchos* porque é a única coisa que eles têm de humano”.

Nesse contexto, o monstro constitui o espaço lacunar e impuro onde os indivíduos ou grupos escapam à norma. Tudo aquilo que é o Outro passa a ser sinônimo de barbárie ou monstruosidade. E é aí, na relação com esse elemento considerado alheio à comunidade, que o grupo hegemônico articula a sua identidade e fundamenta uma resposta violenta aos seus medos.

O romance *La familia del Comendador* sinaliza uma preocupação da autora com a questão da alteridade e da diferença social, ultrapassando as fronteiras nacionais e ampliando esse olhar para outras sociedades que também fazem parte da história da autora. A produção e a trajetória de Juana Manso revelam esses conflitos derivados das relações interculturais.



Podemos dizer que tanto Juana Paula Manso quanto Maria Firmina dos Reis são vozes improváveis da literatura. Uma por conta da condição feminina, embora os interditos fossem atenuados pelo capital social e cultural que dominava como descendente de uma rica família portenha, o que lhe permitiu viver em contato com os mais altos círculos do poder e viajar durante anos por diversos países. A outra é ainda mais improvável por ser uma mulher negra e pobre numa distante província de uma colônia escravocrata de Portugal, a quem o direito à formação escolar era negado por lei, sobretudo para meninas.

Contudo, essas vozes improváveis se insurgiram contra um lugar que construíram para elas e que lhes foi imposto. Apesar de todos os obstáculos, deixaram os ecos de suas vozes literárias para as gerações futuras. Seu exemplo nos remete à ideia de que a margem e os espaços relegados também são lugares de fala. Conforme sublinhou bell hooks, “estar na margem é ser parte do todo, mas fora do corpo principal”, mas a mesma autora não nos deixa esquecer que “a margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência” (HOOKS, 1989, p. 149).

Na medida em que nos debruçamos sobre as narrativas escritas por essas duas mulheres (uma branca e outra negra), acessamos diferentes olhares literários, distintos ângulos de visão sobre a sociedade brasileira do oitocentos. Percebemos algo mais dos poderes e despoderes dos sujeitos subalternizados; podemos refletir sobre os lugares sociais, raciais e de gênero como instâncias que revelam as disputas no campo cultural e explicitam processos de ruptura, a partir das quais despontam vozes que colocaram em prática um instigante processo de negociação que lhes permitiu serem ouvidas.

As práticas discursivas criadas a partir desse lugar da Outridade trazem consigo novas formas de avaliar os papéis dos gêneros naturalizados pelas culturas patriarcais ao longo da história. O lugar tradicionalmente reservado à mulher na sociedade e, conseqüentemente nas representações literárias, corroborado pelo discurso dominante, é o da exclusão e do silenciamento (SPIVAK, 2010). Contudo, na produção literária de autoria feminina, como a de Mari Firmina dos Reis e Juana Paula Manso, as personagens subalternizadas ganharam o direito à voz, tornando-se, não raro, narradoras das suas próprias histórias e, como tal, passaram a representar experiências femininas que se distanciam da perspectiva hegemônica.

As representações das personagens a partir desse imaginário feminino tornam-se objeto para novas análises e indagações que nos permitem questionar os discursos construídos e legitimados historicamente sobre a subalternização do corpo da mulher. É fundamental entender que representar significa tornar perceptível e convencer sobre uma dada realidade representada (HALL, 2016), e assim dar visibilidade ao outro. Mas representar pode também



significar falar em nome do Outro. Nessa linha de pensamento, Zolin (2010) assevera que o sujeito que tem garantido o direito ao discurso e que será tomado como elemento ativo da fala, enquanto o Outro permanece silenciado, é dotado de um poder assegurado pelo lugar que ocupa no interior de uma determinada estrutura, poder esse estabelecido através do pré-julgamento e escalas de valores que têm a ver com sua classe social, seu grupo étnico-racial e seu gênero.

A estética do Romantismo, dominante em meados do século XIX, inspirou as narrativas de *Úrsula* e de *La familia do Comendador*. Mas o contexto escravocrata da sociedade brasileira do qual ambas falam em suas obras impõe contornos marcadamente realistas, embora os lugares a partir dos quais falam as duas autoras nos permita múltiplos movimentos de aproximação e distanciamento entre ambas. Enquanto Maria Firmina fala de um lugar que a leva a quase se confundir com o objeto, porque a escravidão está ao seu redor e no horizonte bastante próximo da geração anterior, Juana Manso escreveu do lugar do viajante que olha de longe uma outra comunidade nacional e um grupo humano ao qual tampouco pertence.

Ao contrário de Maria Firmina que sofreu longos períodos de apagamento, Juana Manso logo seria reconhecida como uma das figuras mais destacadas da literatura argentina do século XIX. No primeiro número de *O Jornal das Senhoras* (1852) já se define como: “Una mujer escritora y directora de un periódico”. Os contrastes entre as duas escritoras são gritantes. Segundo Luiza Lobo, apesar de professora primária e escritora, Maria Firmina “também ocupava um lugar social de oprimida, como mulher e afrodescendente” (LOBO, 2014, p. 119).

Ler contrastivamente as narrativas da primeira romancista brasileira e da primeira romancista da Argentina é ainda uma oportunidade de trazer à tona as representações produzidas por “minorias destituídas” de fala pela sociedade dominante, evidenciando os processos cotidianos ricos em lutas, resistências e reconstrução de identidades. A partir das conexões acerca de experiências estabelecidas entre o patriarcalismo, o colonialismo e o racismo, podemos repensar o passado e o presente com base nessas releituras. Revisitar tais obras nos permite acessar um elemento cada vez mais presente nas disputas culturais das duas últimas décadas: a produção discursiva de sujeitos infames (“planetas sem boca”) que começam a falar a partir de um novo “local da cultura”, ativando um intrigante processo de negociação e mediação.

Nos textos de Maria Firmina dos Reis e Juana Paula Manso desponta a problematização das estratégias de consagração e reconhecimento que inseriu certos nomes no cânone literário e silenciou outros tantos. As duas escritoras, com histórias de vida muito diferentes no século XIX, mas com pontos de contato que nos levam a percebê-las como vozes que introduzem



fissuras no campo literário, uma revalorização dos desdobramentos de leituras só recentemente sugeridas pela nova onda do feminismo negro. Nesse sentido é que destacamos o discurso de reexistência produzido por uma mulher negra que acessou o mundo da escrita e conseguiu reimaginar o mundo a partir da literatura, mantendo-se atenta aos limites de um conhecimento construído e controlado por homens brancos.

O lugar de fala das duas escritoras é o lugar da alteridade, mas uma delas está marcada pela condição interseccional que sustenta outros processos de desumanização (raça, classe e capital social e cultural). É a partir deste outro lugar (o lugar do Outro do Outro, ou seja, o do sujeito que traz múltiplas marcas de alteridade), que Maria Firmina transforma a subjugação em possibilidade de confronto, negociação e escrita. Conforme nos adverte a escritora e artista plástica portuguesa Grada Kilomba:

esse lugar da “Outridade”, não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou de interesse, mas sim a falta de acesso à representação sofrida pela comunidade *negra*. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido. (KILOMBA, 2019, p. 50)

Portanto, é necessário problematizar os processos de validação do conhecimento e as permanências históricas dessas experiências racializadas. Por muito tempo os sujeitos colonizados não falaram, “foram falados” e transformados em objetos de pesquisa. A eles e a elas negou-se a condição humana e a própria racionalidade. Em contraposição ao universal (eurocentrado, branco, cristão, masculino e heterossexual), foram vistos como incapazes de “pensar” e, por conseguinte, de existir.

Ao pensar e falar a partir da autodefinição como mulher e, principalmente, como mulher negra, é possível superar as formas de controle exercidas pelos grupos hegemônicos e recuperar a dimensão de agência dos sujeitos subalternizados que, de maneiras diversas, resistiram. A voz negra projetada por Maria Firmina dos Reis nos revela que “Falar se torna tanto uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito” (HOOKS, 2019, p. 45). Sua literatura testemunho, inclui escravizados africanos e nacionais, dando-lhes voz, ressaltando sua agência, promovendo uma ruptura com relação à imagem predominante do negro na literatura brasileira como escravo maltratado, submisso ou louco (MUZART, 1975, p. 33).

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, H. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução de L. Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.



ANGELOU, M. *Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*. Tradução de Regiane Winarski. Bauru, SP: Astral, 2018.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Tradução de M. Ávila et al. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BUTLER, O. E. *Despertar*. Tradução de H. R. Candiani. São Paulo: Morro Branco, 2018.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 9. ed. Tradução de E. F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de M. M. Galhardo. Lisboa: Difusão, 1988.

CLIFFORD, J. *Itinerarios culturales*. Trad. M. R. de Fayard. Barcelona: Gedisa, 1999.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. de, org. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-138.

DALCASTAGNÈ, R. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo, Rio de Janeiro: Horizonte, Editora da UERJ, 2012.

DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 26. Brasília, julho-dezembro de 2005, p. 13-71.

DUBY, G. *Eva e os padres: damas do século XII*. Tradução de Maria Lúcia Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DUARTE, C. L., CÔRTEZ, C., PEREIRA, M. do R. A., orgs. *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Idea, 2016.

DUARTE, C. L. et al. *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

DUARTE, M., org. *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta. Uma antologia*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

EVARISTO, C. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FEINMANN, J. P. La metáfora de la casa tomada. *Página 12*, 28 de julho 2001, p. 02. (Tradução dos autores.)

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na América Latina. In: HOLLANDA, H. B. de, org. *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HALL, S. *Cultura e representação*. Org. A. Ithuassu. Tradução de D. M. e W. Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.



HOOKS, B. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Tradução de B. Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOBO, L. F. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOBO, L. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, E. de A., org. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. (Volume 1: “Os precursores”.)

LOBO, L. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 47-74, 1. sem. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30904>
Acesso em: 30 out. 2020.

MANSO, J. *La familia del Comendador y otros textos*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

MUZART, Z. L. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, C. L. et al. *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 21-37.

PINTO-BAYLEY, C. F. A escrava, de Maria Firmina dos Reis”. In: DUARTE, C. et al., orgs. *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 103-111.

QUIJANO, A. Colonilidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S., MENEZES, M. P., orgs. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almeida, 2009.

REIS, M. F. dos. *Memorial de Maria Firmina dos Reis: prosa completa & poesia*. (Incluem-se as obras *Úrsula*, *Gupeva*, *A escrava* e *Elvira*. São Paulo: Uirapuru, 2017.

REIS, M. F. dos. *Úrsula*. Incluindo o conto “A escrava”. 7. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SANTANA, B. org. *Vozes insurgentes de mulheres negras – do século XVIII à primeira década do século XXI*. Belo Horizonte: Magga Edições, 2019.

SOUZA, E. M. O. *Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição – Bahia (1888-1930)*. Salvador: EdUNEB, 2016.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de S. R. G. Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZOLIN, L. O. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. *Letras*, Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010.

